

ÍNDICE

	Págs.
Prefácio à 4. ^a Edição	5
Prefácio à 3. ^a edição	7
Prefácio à 2. ^a edição	11
Prefácio à 1. ^a edição	13
Abreviaturas	15
1. AÇÃO E PROCESSO	17
2. FORMAS DE PROCESSO	21
2.1. Processo comum e processo especial	21
2.2. Alçada do tribunal	29
2.3. Valor da causa	31
2.4. Regime subsidiário	33
3. FASES DO PROCESSO COMUM	35
4. OS ARTICULADOS	39
4.1. Conteúdo	39
4.2. Forma	40
4.3. Data	42
4.4. Espécies	42
5. PETIÇÃO INICIAL	45
5.1. Conteúdo e forma	45
5.1.1. Pedido	45
5.1.2. Fundamentação do pedido	50
5.1.3. Elementos complementares	54

	Págs.
5.2. Vícios da petição inicial.....	56
5.2.1. Ineptidão.....	56
5.2.2. Vício de forma.....	60
5.2.3. Erro na forma de processo.....	62
5.3. Atos subsequentes.....	64
5.3.1. Distribuição.....	64
5.3.2. Despacho liminar.....	66
5.3.3. Registo da ação.....	69
6. CITAÇÃO.....	75
6.1. Finalidade, conteúdo e formalidades gerais.....	75
6.2. Modalidades.....	77
6.2.1. Enunciação.....	77
6.2.2. Citação por via postal.....	78
6.2.3. Citação por agente de execução ou funcionário judicial.....	80
6.2.4. Citação edital.....	81
6.2.5. Citação promovida por mandatário judicial.....	82
6.2.6. Citação no estrangeiro.....	83
6.3. Oficiosidade e intervenção do juiz.....	84
6.4. Espécies.....	85
6.5. Efeitos.....	88
6.6. Nulidades e falsidade do ato de citação.....	92
6.6.1. Falta e nulidade.....	92
6.6.2. Regimes da falta e da nulidade.....	94
6.6.3. Falsidade.....	97
7. CONTESTAÇÃO.....	101
7.1. Prazo.....	101
7.2. Ónus da contestação e revelia.....	103
7.2.1. Noção.....	103
7.2.2. Regime-regra da revelia.....	103
7.2.3. Exceções.....	106
7.2.4. Tramitação subsequente à revelia.....	109

	Págs.
7.3. Conteúdo e forma.....	110
7.3.1. Sentido material e sentido formal da contestação.....	110
7.3.2. Modalidades de defesa.....	113
7.4. Impugnação dos factos.....	117
7.4.1. Conceito.....	117
7.4.2. Cominação.....	121
7.5. Exceção.....	124
7.5.1. Classificação.....	124
7.5.2. Exceção dilatória.....	125
7.5.3. Exceção perentória.....	133
7.5.4. Exceção propriamente dita e objeção.....	139
7.5.5. Função.....	141
7.6. Contestação da ação de simples apreciação negativa.....	142
7.7. Reconvenção.....	143
7.7.1. Em geral.....	143
7.7.2. A compensação.....	145
7.8. Notificação da contestação.....	155
8. RÉPLICA.....	157
8.1. Funções.....	157
8.2. Prazo.....	162
8.3. Revelia do reconvinido.....	162
8.4. Notificação da réplica.....	163
9. ARTICULADOS SUPERVENIENTES.....	165
9.1. Espécies.....	165
9.2. A garantia do direito ao contraditório.....	166
9.3. O completamento de articulados deficientes.....	168
9.3.1. Quando tem lugar.....	168
9.3.2. Regime.....	170

	Págs.
9.4. Os factos supervenientes.....	171
9.4.1. Quando são admissíveis	171
9.4.2. Regime.....	173
9.5. Outras peças supervenientes.....	174
10. A CONDENSAÇÃO.....	175
11. DESPACHO PRÉ-SANEADOR.....	181
11.1. Função.....	181
11.2. Sanação da falta de pressupostos processuais.....	184
11.3. Correção das irregularidades dos articulados.....	187
11.3.1. Falta de requisitos formais.....	187
11.3.2. Falta de documento essencial	188
11.3.3. Regime	192
11.4. Junção de documento para imediata decisão.....	193
12. AUDIÊNCIA PRÉVIA	197
12.1. Designação	197
12.2. Finalidades	198
12.3. Objeto complementar.....	205
13. DESPACHO SANEADOR E DESPACHO DO ARTIGO 596.....	209
13.1. Despacho saneador.....	209
13.1.1. Função	209
13.1.2. Conhecimento das exceções dilatórias	210
13.1.3. Conhecimento de nulidades processuais.....	212
13.1.4. Conhecimento de mérito.....	213
13.1.5. Valor do despacho saneador	219
13.2. Despacho do artigo 596	219
13.2.1. A seleção dos factos no CPC de 1961	219
13.2.2. Matéria de facto e matéria de direito.....	225
13.2.3. Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova	228

	Págs.
13.3. Preparação das fases seguintes.....	232
14. A INSTRUÇÃO.....	235
14.1. Noção de prova.....	235
14.1.1. Aceções	235
14.1.2. Fonte de prova e fator probatório.....	235
14.1.3. A prova como resultado.....	239
14.2. Objeto da prova	240
14.3. Ónus da prova.....	242
14.3.1. Articulação com o ónus da alegação.....	242
14.3.2. Alcance	246
14.4. Valor dos meios de prova.....	247
14.5. Direito probatório material e direito probatório formal.....	250
14.5.1. Natureza material do meio de prova	250
14.5.2. Procedimento probatório	252
14.5.3. Registo da prova	256
14.5.4. Valor extraprocessual da prova	258
14.6. Elenco dos meios de prova	261
15. PROVA DOCUMENTAL	265
15.1. Conceito e classificação dos documentos.....	265
15.1.1. Conceito.....	265
15.1.2. Classificação	267
15.2. Documentos escritos	268
15.2.1. Documentos autênticos.....	268
15.2.2. Documentos particulares.....	274
15.2.3. Documentos eletrónicos.....	281
15.2.4. Cópias	283
15.3. Documentos não escritos	289
15.4. Proposição e admissão da prova documental	290
15.5. Legalização do documento passado em país estrangeiro.....	293

	Págs.
16. PROVA POR CONFISSÃO	295
16.1. Conceito e modalidades	295
16.1.1. Conceito	295
16.1.2. Modalidades	298
16.2. Confissão com força probatória plena	301
16.2.1. Requisitos	301
16.2.2. Irretratabilidade	307
16.2.3. Impugnabilidade	308
16.2.4. Indivisibilidade	314
16.3. Confissão com força de prova livre	317
16.4. Produção da confissão judicial	319
16.5. As declarações de parte	321
17. PROVA TESTEMUNHAL	323
17.1. Admissibilidade e direito de escusa	323
17.1.1. Admissibilidade	323
17.1.2. Direito de escusa	329
17.2. Valor probatório	330
17.3. Procedimento probatório	331
17.3.1. Proposição e admissão	331
17.3.2. Produção	335
18. PROVA PERICIAL	339
18.1. Função	339
18.2. O perito	340
18.3. Procedimento probatório	342
18.3.1. Proposição e admissão	342
18.3.2. Produção	343
18.4. Valor probatório	344

	Págs.
19. MEIOS DE PROVA DE ÂMBITO PROCESSUAL	345
19.1. Inspeção judicial	345
19.2. Outras provas	347
20. DISCUSSÃO	351
20.1. Audiência final	351
20.1.1. Conteúdo	351
20.1.2. O tribunal	353
20.1.3. Factos a apurar na audiência	354
20.1.4. Procedimento	356
20.2. Discussão	358
21. SENTENÇA	361
21.1. Conteúdo	361
21.1.1. Julgamento da matéria de facto	361
21.1.2. Julgamento de direito	365
21.2. Estrutura	371
21.3. Vícios	375
21.3.1. Elenco	375
21.3.2. Nulidades	378
21.3.3. Anulabilidade	380
21.3.4. Retificação	385
21.3.5. Reforma	386
21.4. Efeitos	387
21.4.1. Enunciação	387
21.4.2. Esgotamento do poder jurisdicional	388
21.4.3. Exequibilidade	389
21.4.4. Hipoteca judicial	389
21.4.5. Efeitos laterais de direito material	390
21.5. Registo	390

	Págs.
22. PROCESSOS ESPECIAIS PARA LITÍGIOS DE MASSA.....	393
22.1. Os processos do DL 269/98	393
22.1.1. Origens.....	393
22.1.2. Disposições comuns	395
22.1.3. O processo especial de ação declarativa do DL 269/98	398
22.1.4. O processo de injunção.....	403
22.2. Os procedimentos do direito comunitário	408
22.2.1. Aspetos comuns	408
22.2.2. Título executivo europeu	410
22.2.3. Procedimento europeu de injunção.....	412
22.3. Processo europeu para ações de pequeno montante	413
Bibliografia.....	415
Índice.....	423



GESTLEGAL

Rua Bc. do Fanado, n.º 3, 1.º Direito
3000-166 Coimbra

Telf: 239 043 671
Web: www.gestlegal.pt
E-mail: editora@gestlegal.pt